

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A - PRÉ SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2021

PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.958.504/0001-07, com sede na Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, nº 200, Santo Antônio, Belo Horizonte - MG, CEP 30330-250, proponente do certame acima, vem, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

nos termos do Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas atualizações, no Decreto nº 8.538, de 06/10/2015; na Lei nº 13.303, de 01/07/2016; no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA., bem como do item 14.1.1 do edital em referência, contra a r. decisão que declarou vencedora a concorrente PRINTRIO COMUNICACAO EMPRESARIAL EIRELI, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I DA TEMPESTIVIDADE

Consoante se depreende do item 14.1.1 do edital em referência, após deferida a intenção de recurso, o interessado deverá protocolar suas razões no prazo de 3 (três) dias.

No presente caso, o resultado do julgamento, ora combatido, foi divulgado no dia 12.07.2021, de modo que o prazo de 03 dias úteis se iniciou em 12.07.2021, com termo final projetado para o dia 15.07.2021.

Tempestivas, portanto, as presentes razões.

II DOS FATOS

A empresa peticionária, interessada em participar do presente certame, Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global e modo de disputa aberto, adquiriu o edital em referência, que tem por objeto:

a contratação de prestação continuada de serviços de agência de comunicação, para apoio à assessoria de Comunicação e Ouvidoria da Pré-Sal Petróleo S.A. ("PPSA"), na implementação de uma comunicação integrada voltada a diferentes públicos de interesse, desenvolvendo relacionamento com a imprensa, formadores de opinião, influenciadores, assessorias e departamentos de comunicação de parceiros, governos, academia, instituições e funcionários da empresa, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência – Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital.

Após adotados os procedimentos de praxe, restou declarada habilitada e vencedora do certame a licitante PRINTRIO COMUNICACAO EMPRESARIAL EIRELI.

Pois bem, desde já, externa a Recorrente que nutre sincero respeito pela decisão que culminou com a conclusão supra. Contudo, ousa dela discordar, por entender que, desta feita, não houve o costumeiro acerto.

Conforme restará esmiuçado adiante, a empresa declarada vencedora não atende às exigências mínimas de qualificação técnica previstas no edital, notadamente no Item 13 do ato convocatório, sub-itens 13.3.2.2a e 13.3.3.c. do Termo de Referência.

III. DO MÉRITO.

III.1 DO NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Qualificação Técnica, tida como uma das exigências de habilitação, segundo o art. 18 do Decreto n.º 8.241/2014, possui diretriz geral na norma do art. 37, XXI da Constituição Federal, pode ser entendida como uma das ferramentas utilizadas para mensurar se o licitante possui aptidão (técnica) para cumprir adequadamente as obrigações decorrentes da execução do objeto do contrato.

Acerca do tema, preceitua o art. 21 do citado Decreto n.º 8.241/2014:

Art. 21. A documentação referente à qualificação técnica consistirá em:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente, pertinente ao objeto a ser contratado;
- II - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; e
- III - comprovação de aptidão do interessado para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, QUANTIDADES e prazos com o objeto da seleção pública.

Especificamente em relação ao inciso III supra, mister a transcrição do subitem 13.3.2.2c, do edital que trata sobre

a equipe técnica e exigências relacionadas a essas. Veja o que diz o edital:

13.3.2.2. Da EQUIPE TÉCNICA:

c) A Proponente deve relacionar a Equipe Técnica que será alocada para a realização do trabalho, sendo que os profissionais indicados para a produção de conteúdo devem preferencialmente ser formados em Comunicação Social, com especialidade em jornalismo, e os envolvidos com recursos gráficos, em design. É recomendável que os profissionais sejam fluentes em inglês, uma vez que poderá ser necessário participar de reuniões neste idioma, ler textos ou mesmo redigir textos, e possuam larga experiência em comunicação corporativa ou em redação. Sugere-se que os profissionais destacados para este contrato já tenham atuado no setor de Petróleo, preferencialmente tendo tido contato com temas relacionados às atividades de exploração e produção. Há de se considerar que os temas tratados pela empresa são complexos e a não qualificação adequada dos profissionais poderá comprometer a qualidade dos serviços. Pelo mesmo motivo, sugere-se que seja evitada a rotatividade de profissionais, mantendo, de preferência, uma equipe dedicada ao atendimento da PPSA.

Vê-se, do edital que, há exigências de qualificação técnica dos profissionais, com descrição pormenorizada sobre o currículo destes para atendimento ao proposto no Edital.

Todavia, verifica da documentação apresentada pela proponente que esta apresentou relação de equipe na qual consta o currículo profissional de ALBERTO MONTEIRO, KELLEN DE OLIVEIRA LEAL E ANA BEATRIZ PACHECO GALVÃO com a descrição da formação acadêmica e experiência profissional, com a assinatura da própria licitante.

Ora, a licitante não anexou a esse documento, nenhuma comprovação de formação acadêmica da equipe técnica por ela apresentada. De igual modo, não juntou os atestados de capacidade, exigência clara do Edital. Veja-se:

Observações:

Os Atestados devem ser apresentados junto com a proposta. As informações recebidas devem ser passíveis de confirmação, pela PPSA, através de diligenciamento. Atestados emitidos pela Proponente para seus próprios profissionais, devem ser acompanhados dos correspondentes atestados, emitidos pela contratante dos serviços, destacando a participação de cada profissional. O vínculo com a Proponente poderá ser comprovado através de contrato de trabalho (CTPS), contrato de prestação de serviços ou comprovação de vínculo societário com a proponente.

Ora, sem os comprovantes de formação da equipe, qual seja, os diplomas/certificados de conclusão de cursos, bem como dos atestados da equipe, repisa-se, DOCUMENTOS EXPRESSAMENTE EXIGIDOS PELO EDITAL EM QUESTÃO, não é possível verificar a veracidade das informações apresentadas pela licitante em seu relatório.

Imperioso ressaltar que, o que a licitante apresentou junto com seu documento denominado "Equipe Técnica" foi, tão somente, contratos de prestação de serviços de seus profissionais, comprovando, apenas, o vínculo de emprego existente entre eles, o que atende, apenas parcialmente, a exigência de "Observações" no Item 13.3.2.2 do edital.

Logo, pelo não atendimento aos requisitos de qualificação técnica, merece revisão o resultado do julgamento.

III.2

DO NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Ainda a demonstrando o não atendimento da vencedora aos requisitos do edital, vê-se que essa juntou à sua documentação, o balanço patrimonial, Demonstração do resultado do exercício, recibo de entrega de escrituração contábil digital.

Contudo, tais documentos não estão todos registrados no Sped (Sistema Público de Escrituração Digital), requisito expressamente previsto no Edital, no subitem 13.3.3 a, veja-se:

13.3.3. Relativo à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício – DRE do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem que a empresa possui Patrimônio Líquido positivo, apresentados juntamente com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

De igual modo, a empresa declarada vencedora descumpriu o termo em referência quando não juntou a situação do arquivo de escrituração e dados das assinaturas, documentos esses essenciais que comprovam os responsáveis que assinaram o balanço patrimonial e que o arquivo transmitido foi autenticado pelo SPED.

Da simples leitura dos documentos, não há dúvidas de que o caso em comento envolve habilitação de empresa cuja qualificação técnica e econômico-financeira se mostra insuficiente, na medida em que carece de apresentação de documentos pertinentes e indispensáveis para cumprimento das exigências MÍNIMAS legais e do edital.

A compreensão da norma do Art. 4º XIII da lei no 10.520/02, aliada ao edital, atrai a conclusão de que o órgão licitante deve exigir a comprovação de qualificação técnica nos exatos termos da lei. Sabendo-se que a prática demonstra que o atestado é o documento hábil e recorrente, para fins de comprovação da experiência do profissional da comunicação, ele é o documento base para a referida prova, não havendo espaço para tolerar irregularidades.

Nesse sentido, firme é a jurisprudência, que tem concedido a Segurança ao licitante prejudicado em certames que habilitam proponentes em desacordo com os requisitos mínimos de qualificação técnica:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. PERDA DO OBJETO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TÉCNICOS DE

BIOTÉRIO. CAPACIDADE TÉCNICA. NÃO COMPROVAÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. 1. De acordo com o entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, "a superveniente adjudicação não importa na perda do objeto do mandado de segurança, pois se o certame está eivado de nulidades, estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato". 2. O mandado de segurança é o remédio cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça, segundo o art. 1º da Lei n. 12.016/2009. 3. No tocante à habilitação, exigiu-se, dos proponentes, qualificação técnica para o exercício da atividade de fornecimento de mão-de-obra de Técnico de Biotério, nos termos do Edital: "(...) atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado serviços em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto descrito no Anexo I deste Edital (...)" 4. A decisão da Sra. Pregoeira pela habilitação do vencedor lastreou-se em acórdãos do TCU que admitem a comprovação de que a empresa terceirizada seja especializada em gestão de mão-de-obra de serviços semelhantes aos licitados, contudo, os serviços exigidos pela administração não se assemelham àqueles constantes dos atestados apresentados pela empresa prestadora de serviços (contínuo, copeiragem e recepção) para comprovar a habilitação técnica.

É de se considerar, por derradeiro, que o suprimento das questões postas acima não se resolve mediante a realização de diligências, eis que não se trata de mero esclarecimento ou complementação das informações já apresentadas nos atestados técnicos, tampouco a necessidade de aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos. A irresignação da recorrente volta-se à manifesta ausência de atestados compatíveis com a exigência do edital, cuja apresentação póstuma contraria o instituto da diligência.

Trata-se, II. Pregoeiro, de irregularidade essencial da proposta e da vedação à juntada de documento ou informação que, originalmente, deveria constar da proposta, não havendo que se falar, portanto, em complementação via diligências.

Feitas essas considerações, pode-se dizer, com tranquilidade, que a empresa declarada vencedora não atendeu aos requisitos mínimos de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira. Logo, requer-se a desclassificação da PRINTRIO COMUNICACAO EMPRESARIAL EIRELI, por violação ao Art. 4º XIII da Lei no 10.520/02. e descumprimento aos itens 13.3.2.2 e 13.3.3 do edital.

IV

DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Conforme é sabido, um dos princípios que regem a Administração Pública consiste na obediência ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Como orienta a legislação em vigor, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas.

É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, ora utilizada por analogia, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Não é difícil imaginar o espanto da Recorrente que, repousando na segurança de que atendeu aos requisitos do edital, se depara com o julgamento que dá margem para tantos questionamentos, como foram feitos alhures.

A manifesta contradição de julgamento viola diretamente o Princípio da Segurança Jurídica, entendido como direito fundamental, ocupa lugar de destaque no ordenamento jurídico atual.

No âmbito do Direito Administrativo a Segurança Jurídica é considerada o condutor da administração pública, imprescindível à Administração no atendimento das suas finalidades basilares.

Na mesma linha, Maria Sylvia Zanella Di Pietro esclarece:

O princípio se justifica pelo fato de ser comum, na esfera administrativa, haver mudança de interpretação de determinadas normas legais, com a consequente mudança de orientação, em caráter normativo, afetando situações já reconhecidas e consolidadas na vigência de orientação anterior. Essa possibilidade de mudança de orientação é inevitável, porém gera insegurança jurídica, pois os interessados nunca sabem quando a sua situação será passível de contestação pela própria Administração Pública.

Outro não é o entendimento insculpido no art. 1º da Lei nº 9.784/99, que determina a obediência ao princípio da segurança jurídica. Nos dizeres do d. Min. do STJ, Humberto Gomes De Barros :

(...) certamente um dos mais importantes instrumentos de controle do relacionamento entre Administração e Cidadania. Seus dispositivos trouxeram para nosso Direito Administrativo o devido processo legal. Não é exagero dizer que a Lei nº 9.784/99 instaurou, no Brasil, o verdadeiro Estado de Direito.

Ora, na medida em que a Administração estabelece, através do edital, as condições para participação da licitação,

ela se obriga irrestritamente a essas normas. Do mesmo modo, a adoção de julgamento imparcial, metódico e imaculado, pela Comissão, não garante a lisura do certame.

Portanto, tendo sido comprovado, à exaustão, o reiterado descumprimento das condições do edital e o julgamento manifestamente contraditório da Comissão, não há espaço para interpretação diversa, pelo que a manutenção da decisão que, nitidamente, não se ateve à documentação apresentada, prejudicará a participação da Recorrente, infringindo o princípio da isonomia e competitividade que rege as licitações.

Acerca dos princípios, o professor Celso Antônio Bandeira de Mello, já a muito, ressaltava a sua importância:

Princípio - já averbamos alhures - é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É do conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo. Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra

Conforme orienta o citado artigo 3º da Lei nº 8666/93, utilizada por analogia, é imperioso que a licitação garanta a observância à isonomia, assegurado igualdade de condições aos concorrentes:

Portanto, configurando ilegal a afronta aos Princípios aqui evocados, requer-se seja reformado o julgamento com fundamento nas razões supra.

V

DOS PEDIDOS

Em face das razões expostas, a Recorrente requer, no mérito, o provimento do presente Recurso Administrativo para, levando-se em conta os pontos ora debatidos, requer-se a inabilitação da PRINTRIO COMUNICACAO EMPRESARIAL EIRELI, por violação ao Art. 4º XIII da lei no 10.520/02. e descumprimento aos itens 13.3.2.2 e 13.3.3 do edital.

Requer-se, por fim, o recebimento do presente Recurso Administrativo com o efeito suspensivo previsto em lei.

Nestes termos,
PEDE PROVIMENTO.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2021.

PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.
CNPJ: 03.958.504/0001-07

Fechar